

EDITORIAL



João Vitor Rodrigues Loureiro

É com grande satisfação que a Comissão Editorial apresenta o terceiro volume da *Libertas – Revista Brasileira de Estudos em Políticas Penais*, marcando mais um passo em nosso compromisso com a produção e difusão de conhecimento crítico e embasado sobre o sistema de justiça criminal. Esta edição, em particular, convida à reflexão sobre a complexa intersecção entre a teoria acadêmica, a prática da gestão penal e a experiência humana do encarceramento.

Nosso destaque desta edição é a entrevista realizada com o Professor Raymund E. Narag, uma das vozes mais respeitadas e singulares no debate internacional sobre justiça criminal e administração prisional. A trajetória do Professor Narag, que passou de detento a renomado acadêmico na Southern Illinois University (EUA), oferece uma perspectiva inestimável. Sua vivência de sete anos em prisão preventiva nas Filipinas não apenas moldou sua compreensão dos problemas sistêmicos, mas também o impulsionou a dedicar sua missão acadêmica e social à reforma penal.

Na entrevista, o Professor Narag traça um panorama comparativo entre as políticas penais das Filipinas e dos Estados Unidos, revelando como, apesar das diferenças retóricas, ambos os sistemas convergiram para modelos majoritariamente punitivos. Ele articula a distinção crucial entre políticas penais (o arcabouço amplo da justiça criminal) e políticas prisionais (a gestão interna das unidades), defendendo uma abordagem holística que equilibre segurança pública e reabilitação. Seu trabalho, que inclui a criação do programa Community Bail Bond e a implementação de ferramentas de avaliação de risco (CARAT) nas Filipinas, demonstra que a reforma eficaz exige rigor empírico, inovação tecnológica e um profundo compromisso humanitário. A lição central é clara: a reforma penal deve ser baseada em evidências, culturalmente sensível e voltada para a justiça real.

Em diálogo com essa perspectiva internacional, a revista aprofunda o debate nacional com o artigo “O lugar dos serviços penais na estrutura organizacional dos governos estaduais”. Este estudo lança luz sobre a emergência e a configuração da gestão penitenciária no Brasil, questionando se a criação de órgãos especializados representa uma qualificação das políticas penais ou, ao contrário, uma subordinação à lógica hegemônica da segurança pública. A análise da autonomização dos órgãos de gestão prisional nos estados, e o perfil dos gestores que os comandam, sugere que a resposta às crises prisionais tem se dado, em grande parte, pela expansão de uma burocracia focada no controle e gerenciamento, e não necessariamente na inovação ou na reabilitação. Além disso, trazemos também o artigo “Da Política Penitenciária à Política Penal: trajetórias”, que nos oferece insumos críticos sobre a conceituação de política penal, a partir de certo redimensionamento do desenho institucional, de sensibilidades e práticas de atores públicos e da sociedade civil quanto à punição e responsabilização em democracia.

A *Libertas* reafirma seu papel como um espaço aberto para a análise crítica e a proposição de soluções para os desafios persistentes do sistema penal. Convidamos nossos leitores a se engajarem com o conteúdo deste volume, que nos lembra da urgência de transformar estruturas que, em vez de corrigir, frequentemente perpetuam a ineficiência, a violência e a violação de direitos. Que esta edição e as próximas inspirem pesquisadores em trazer a público reflexões potentes, indutoras de transformações dessa realidade.